

O “novo caminho das águas” na Paraíba: despojo múltiplo e regimes de desapropriação em obras hídricas no semiárido nordestino

Hugo Belarmino de Morais

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa, Paraíba, Brasil
Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: hugobelmorais@gmail.com

Ana Maria Motta Ribeiro

Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: anamribeiro@outlook.com

Oswaldo Bernardo da Silva

Coordenador Estadual do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) - Paraíba, Brasil
E-mail: osvaldobernardopoi@gmail.com

Resumo

Este artigo convida a uma reflexão crítica sobre a questão hídrica em contextos de semiaridez no Nordeste brasileiro, a partir de uma discussão teórica e empírica. O artigo interliga dados colhidos em pesquisa de campo desenvolvida no Estado da Paraíba com uma revisão teórica sobre o tema da “acumulação primitiva” na literatura marxista, com especial atenção às categorias “despojo múltiplo” (TRUJILLO, 2018, 2019) e “regimes de desapropriação” (LEVIEN, 2014). A segunda parte do artigo detalha alguns elementos teórico-metodológicos que orientaram o processo de pesquisa de campo, destacando a presença não só dos pesquisadores mas do próprio movimento social co-produzindo conhecimentos a partir da realidade analisada. Ao final, serão apresentados alguns achados da pesquisa empírica, que trata mais especificamente do Canal das Vertentes Litorâneas (Acauã-Araçagi) – considerada pelo próprio Governo da Paraíba a principal obra hídrica do Estado. Construímos, por fim, algumas sínteses parciais que apontam para: um cenário de ampliação da conflitividade hídrico-territorial naquela região a exemplo do que tem ocorrido em outros Estados da região Nordeste e a necessidade de complexificar as análises a partir de abordagens críticas e interdisciplinares.

Palavras-chave: Novos cercamentos; conflitos por água; canal Acauã-Araçagi; acumulação primitiva; Movimento de Atingidos por Barragens

The "new way of the waters" in Paraíba: multiple dispossession and expropriation regimes in water projects in the semiarid northeast

Abstract

This article invites to a critical reflection about the water issue in contexts of semiaridity in the Northeast of Brazil, based on a theoretical and empirical discussion. The article connects the data collected in field research developed in the State of Paraíba with a theoretical review on the theme of "primitive accumulation" in Marxist literature, with special attention to the categories "multiple dispossession" (TRUJILLO, 2018, 2019) and "expropriation regimes" (LEVIEN, 2014). The second part of the article details some of the theoretical and methodological elements that informed the field research process, highlighting the participation not only of researchers but of the social movement itself, co-producing knowledge from the context analyzed. At the end, some conclusions of the empirical research will be presented, which deals more specifically with the Water Channel (Acauã-Araçagi) - considered by the

Government of Paraíba itself the main water project of the State. Finally, we have developed some partial synthesis that point to: a scenario of amplification of the water-territorial conflictivity in that region following the example of what has occurred in other states of the Northeast region and the importance of complexing the analyses based on critical and interdisciplinary approaches.

Keywords: New enclosures; waterconflicts; Acauã-AraçagiChannel; primitiveaccumulation; Movement of DamsAffected

El "nuevo camino de las aguas" en Paraíba: despojo múltiple y regímenes de expropiación en obras hídricas en el noreste semiárido

Resumen

Este artículo invita a una reflexión crítica sobre la cuestión del agua en contextos de semiárido en el nordeste de Brasil, a partir de una discusión teórica y empírica. El artículo vincula los datos recogidos en las investigaciones de campo desarrolladas en el Estado de Paraíba con una revisión teórica sobre el tema de la "acumulación originária" en la literatura marxista, con especial atención a las categorías "despojo múltiple" (TRUJILLO, 2018, 2019) y "regímenes de expropiación" (LEVIEN, 2014). En la segunda parte del artículo se describe algunos elementos teórico-metodológicos que guiaron el proceso de investigación de campo, destacando la presencia no sólo de los investigadores sino del propio movimiento social coproduciendo conocimientos de la realidad analizada. Al final, se presentarán algunos resultados de la investigación empírica, que trata más específicamente del Canal de la Costa (Acauã-Araçagi) - considerado por el propio Gobierno de Paraíba como la principal obra hidráulica del Estado. Finalmente, hemos construido algunos resúmenes parciales que apuntan a: un escenario de amplificación de la conflictividad hídrico-territorial en esa región, siguiendo el ejemplo de lo que ha ocurrido en otros estados de la región Noreste y la necesidad de complejizar los análisis desde enfoques críticos e interdisciplinarios.

Palabras clave: Nuevos cercamientos; conflictos por el agua; canal de Acauã-Araçagi; acumulación primitiva; movimiento de los afectados por represas

Introdução

Neste artigo objetiva-se discutir os resultados parciais da investigação realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), que discute os novos contornos e conflitualidades decorrentes da construção de grandes obras hídricas no Semiárido Nordeste, a partir de um estudo de caso no Estado da Paraíba.

Trata-se de um artigo que sistematiza dados coletados em campo, tendo sido coproduzido em parceria entre o primeiro autor, a sua orientadora de doutorado e o coordenador estadual do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) da Paraíba. Discutiremos os detalhes desta parceria que redundou na produção do artigo no tópico abaixo que trata sobre os apontamentos teórico-metodológicos desta investigação sobre o novo caminho das águas.

Tal trabalho partiu, inicialmente, dos conflitos socioambientais e das violações de direitos humanos desencadeados pela construção da Barragem Argemiro de Figueiredo –

conhecida como Barragem de Acauã – e da luta dos atingidos por Barragens no Estado da Paraíba. Identificava-se, primeiramente, que a situação da construção daquela Barragem – como em qualquer outro “grande projeto de investimento” (VAINER; ARAÚJO, 1992) – representava uma espécie de “cercamento das águas”, em virtude do processo de separação entre os camponeses e ribeirinhos de seus meios de existência¹. Além disso, apontávamos que, em virtude da construção de outros grandes projetos naquela região, um novo momento de cercamentos – das terras e águas – estaria por vir e necessitava de uma investigação mais profunda.

A pesquisa, assim, incorporou outros temas e ampliou o recorte territorial para compreender esse “novo caminho das águas” na Paraíba, entendido aqui como uma espécie de *planejamento hídrico-territorial que se justifica pelo paradigma da escassez* e que visa ao aproveitamento das águas do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, (re)direcionando-as para o litoral norte do Estado, viabilizado através de um outro grande projeto, o Canal das Vertentes Litorâneas, mais conhecido como Canal Acauã-Araçagi. Segundo o sítio oficial do Governo da Paraíba, a obra objetiva levar as águas do Rio São Francisco até a região do Litoral Norte da Paraíba, num percurso de mais de 120 quilômetros, para garantir uma “nova fase de desenvolvimento na Paraíba”, com abastecimento hídrico e irrigação².

Neste sentido, a pesquisa revelou diversas nuances, a começar por evidências de territorialidades e discursos conflitantes, em especial quando tratamos do tema das desapropriações – sua lógica e procedimentalização por parte do Estado – somadas às reflexões decorrentes da *experiência social* dos atingidos – no sentido que a emprega E. P. Thompson(1981) – quando são questionados sobre os sentidos e resultados desta “nova obra hídrica” e os impactos sobre suas condições de existência.

O artigo, pois, se divide numa parte mais teórica em que o centro do debate se dá em torno das configurações atuais sobre o processo de acumulação originária e/ou acumulação ampliada de capital, e uma etapa mais empírica onde apresentamos alguns dados coletados que serão trabalhados em confronto ou complemento aos debates teóricos, buscando, ao máximo, uma abordagem metodológica dialética, que evite: a) tanto o formalismo que caracteriza a “utilização” da realidade como um mero “por exemplo” para

¹A partir do aprendizado junto às Professoras Mina Navarro Trujillo, LucíaLinsalata e Raquel Gutiérrez Aguillar do Seminário Permanente “Entramados Comunitários y formas de lo Político” vinculado ao PósgradoenSociología da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), no México, incorporamos aqui o termo “meios de existência” ou “condições de existência”, em substituição ao termo “meios de produção” empregado por Marx. Ancoradas no debate crítico sobre a *produção do comum*, consideramos acertada a visão das autoras em *dar centralidade ao processo de reprodução material e simbólica da vida*, motivo pelo qual o termo e o sentido atribuído classicamente aos “meios de produção” pode ser significativamente ampliado, pois em verdade se tratam de meios de existência e não somente “de produção”. O antagonismo atual, em termos globais, é de tal maneira complexo e profundo que podemos caracterizá-lo como um conflito entre capital e vida e não somente entre capital e trabalho.

² Cf. <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/liberada-segunda-alca-do-desvio-da-br-230-para-obras-do-canal-acaua-aracagi>.

comprovar a adequação das categorias anteriormente formuladas; b) o empirismo acrítico e positivista que considere a realidade um dado “em si” e autoevidente, que não necessitaria de qualquer explicação e/ou mediações com as estruturas da totalidade social que a condicionam e definem.

Este processo de investigação social interdisciplinar valoriza, pois, tanto as chaves teórico-políticas do pensamento crítico latinoamericano e do marxismo quanto a necessidade da realização de pesquisas empíricas a fim de produzir conhecimento novo (e útil), que estamos chamando de *Sociologia Viva* (RIBEIRO et al., 2018; RIBEIRO, 2019).

Em nossa opinião, este processo atual reflete e reforça os desafios para compreendermos criticamente a questão hídrica no semiárido, evitando discursos (neo)desenvolvimentistas que ainda hoje perduram e hegemonomizam as leituras sobre o Nordeste – mesmo por parte do pensamento de esquerda. Não se pode esquecer que a ação estatal – ainda que possa se revestir de “boas intenções” e um discurso “modernizador” – fundamentalmente tem ampliado o controle sobre o acesso e o uso das águas em nome de um suposto “interesse público” que atua contra as populações e comunidades locais, em geral já afetadas e vulnerabilizadas por outros processos de exclusão, opressão e despojo.

Assim, nosso artigo objetiva compreender as afinidades e cumplicidades entre este discurso (neo)desenvolvimentista e as estratégias do agrohídronegócio na região, a fim de que, neste contexto obscurantista e conservador que vivemos, possamos levar adiante uma revisão séria (com suas consequências práticas) sobre o processo de acumulação direta e indireta de capital que está se desenvolvendo a partir da (ou junto com a) expropriação – ou o cercamento – das águas.

Os “velhos” e “novos” cercamentos: revisão crítica de um debate urgente

Dos diversos temas e questões cruciais dentro do pensamento marxista, seguramente a discussão sobre o que é e qual o caráter da “Assim chamada acumulação primitiva” é um dos mais controversos.

Basicamente, o termo acumulação primitiva é utilizado por Marx para caracterizar - após uma síntese sobre como ocorre o processo de acumulação capitalista pela valorização do valor (ou seja, o processo de composição orgânica do capital que extrai mais-valor a cada ciclo produtivo) – a “pré-história” do capital. Uma história violenta e sangrenta dos fatores sociais, econômicos, políticos e jurídicos que permitiram – ou determinaram – a origem do modo capitalista de produção no contexto europeu.

O alvo da crítica de Marx neste capítulo d’O capital é a economia política clássica que descreveu, em geral, o processo de separação dos produtores e seus meios de produção

de maneira quase que espontânea ou natural, como uma espécie de “progresso civilizatório”. Marx, no entanto, examina criticamente este processo (de acumulação primitiva) da seguinte forma:

[...] Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. [...] *O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.* A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. [...] Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2011, p. 786–787 – grifos nossos).

Para nós, o importante deste processo é compreender que Marx, ao dar centralidade à acumulação primitiva em sua análise fornece um conjunto de pistas muito importantes para compreender o processo de acumulação de capital até hoje, como um *processo permanente e violento*. Entendemos que a preocupação do autor estava numa demonstração crítica: o processo de rompimento dos camponeses com laços feudais ou corporativos não ocorreu como “libertação”, mas como roubo e expropriação das condições anteriores, fato histórico importantíssimo e que era escamoteado pela economia política clássica.

Como se sabe, essa análise gerou e ainda gera diversas discussões e interpretações, sobretudo em relação a um eventual caráter “datado” da análise de Marx ao se referir à acumulação primitiva como a “pré-história” do capitalismo. Nesta leitura, o termo acumulação primitiva deve ser ligado rigorosamente ao violento processo no qual o capitalismo “surgiu”, e hoje este processo deveria ser renomeado pois estaria submetido a outras lógicas, já decorrentes da “integração” do corpo social ao modo capitalista de produção. Entretanto, na atualidade pode-se perceber que esta não foi uma condição necessária somente para a organização de uma tomada revolucionária do poder pela burguesia no contexto europeu. Tais processos se mantêm sobretudo em contextos de colonização dependente como é o caso da América Latina.

Não se trata, propriamente, de uma discussão “terminológica” ou de “marxologia”. O debate e a importância da caracterização da acumulação originária ou primitiva encontra ressonância na discussão, por exemplo, sobre o caráter inexorável e revolucionário do “desenvolvimento das forças produtivas” no capitalismo como “condição indispensável” para uma transformação radical, reproduzida durante algumas dezenas de anos como “etapa necessária” para implantação do socialismo e/ou do comunismo no pensamento crítico.

Ao caracterizar este processo como inevitável (e não como uma tendência histórica, como o faz Marx) poderíamos supor como resultante que todas as terras ou porções de terras “não-integradas” plenamente ao modo capitalista de produção – em especial as áreas rurais e camponesas dos países centrais e toda a periferia do sistema-mundo – estariam fadadas a uma integração conservadora realizada “de cima para baixo”. Nesta visão, os países necessitariam se “proletarizar” para desenvolver as suas condições de luta em favor de uma transformação radical, e só posteriormente revolucionar as forças produtivas e as relações de produção.

Já há uma longa história sobre esses equívocos de interpretação que não cabem no presente artigo³, mas tais divergências demonstram a importância de uma adequada atualização crítica sobre o debate da “Assim chamada acumulação primitiva”, sem que seja perdido o essencial: *o capitalismo necessita permanentemente separar os seres humanos dos seus meios de existência, e esse processo continua ocorrendo até os dias atuais com extrema violência; violência sem a qual o capitalismo não consegue garantir sua própria reprodução*. Como caracteriza Mina Navarro Trujillo:

Se trata de pensar la acumulación originaria más allá de su origen histórico – sin dejar de reconocer su particularidad fundante–, pero tratando de rastrear y reconocer las actualizadas tramas constitutivas y persistentes del capital hasta nuestros días y especialmente bajo el actual régimen de acumulación neoliberal. Desde nuestro punto de vista, este debate resulta fundamental para el reconocimiento de las formas del despojo inherentes al capital – como las que actualmente intervienen en América latina–, a contracorriente de la versión fetichizada que supone que después de su génesis, el capital ya no requiere de los métodos violentos y sanguinarios propios de la acumulación originaria (2018, p. 4–5).

Partindo desse pressuposto crítico e seguindo a merecida tendência de revalorização de Rosa Luxemburgo nos dias atuais, podemos afirmar que a “acumulação primitiva” é, na verdade, um processo permanente, essencialmente destrutivo, espoliador e violento do capitalismo; e se apresenta mesmo em suas fases mais avançadas. O Capital necessita, sempre, combater todas as formas não-capitalistas ou não-plenamente capitalistas de (re)produção social, agindo contra a economia camponesa e contra a economia natural, dizia Rosa Luxemburgo. Desta forma a revolucionária destacava que sempre há um caráter *dual e expansionista* no capitalismo, que reúne os meios propriamente “econômicos” de exploração (ligados à extração de mais-valor na relação capital-trabalho), com os meios “extraeconômicos”, caracterizados pela expropriação e violência.

³Cabe-nos apontar duas referências importantes sobre este tema. Por um lado, o debate realizado sobre os populistas russos e sobre a “periferia do capitalismo” em textos de Marx pós-Capital, presente no livro organizado por Theodor Shanin, com edição brasileira recente (2017); por outro, o compilado de artigos que realiza uma ampla revisão crítica sobre o tema da acumulação primitiva publicado na Revista argentina *Theoria*, n. 26 (2012), que nos influenciou fortemente para a tomada de posição neste artigo.

Rosa Luxemburgo afirmava, ainda na aurora do século XX, que “a violência política é também aqui somente o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da acumulação do capital estão organicamente ligados pelas condições de reprodução do capital, apenas juntos fornecem a carreira histórica do Capital” (1984, p. 86–87). Consideramos que este enquadramento é extremamente importante para pensar os processos de expropriação e violência na atual quadra histórica. Tal contribuição, inclusive, continua dando seus frutos teórico-políticos nos atuais debates sobre ecologia política e pós-extratativismo na América Latina, por exemplo⁴.

Apontadas estas questões no pensamento de Marx e Rosa Luxemburgo, gostaríamos de apresentar duas categorias atualizam este debate sobre a acumulação primitiva: a categoria *despojo múltiple*, que traduzimos aqui como “despojo múltiplo”, formulada por Mina Navarro Trujillo (TRUJILLO, 2015, 2019) e a categoria *regimes de desapropriação* de Michael Levien(2014).

Parte-se, por óbvio, do pressuposto que vivemos num contexto conflitivo no qual a água assume uma centralidade inédita. No Brasil e na América Latina, multiplicam-se os casos de conflitos, que não podem ser dissociados das lutas por terra e território, embora assumam, em cada configuração e contexto, diferenças qualitativas importantes. O desafio é exatamente esse: compreender a tradição e tendência histórica a partir de uma boa análise de conjuntura mas apresentar e refletir de maneira criativa e inovadora a partir dos elementos e conflitos reais e concretos que nos desafiam a pensar o Brasil e o Nordeste em especial. Por isso optamos por utilizar conceitos que ampliem a visão dominante, dadas as repercussões para nosso trabalho empírico.

Partindo da caracterização marxista sobre a separação entre produtores e seus meios de existência em Massimo De Angelis (2012), e de uma abordagem dentro do campo da ecologia política, Mina Navarro Trujillo aponta a *separação* como condição essencial não só para a própria gênese, mas para qualquer processo de reprodução ampliada do capital. Afirma a autora mexicana que:

1) la separación es una condición necesaria del capital para intervenir el tejido de la vida; 2) la separación debilita el control de las y los productores sobre sus medios de existencia; 3) la separación oculta y deforma la red de relaciones de interconexión e interdependencia entre todas las formas de vida que, en conjunto habitamos el planeta; y; 4) los procesos de lucha contra las separaciones representan una alternativa para recuperar control sobre los medios de existencia, revertir y resarcir parcialmente los efectos y alteraciones que el capital produce sobre el tejido de la vida (TRUJILLO, 2019, p. 10).

⁴Para mais sobre estes temas, indicamos o conjunto de artigos reunidos no título “Descolonizar o imaginário” (2016), ver bibliografia.

Isto porque, continua a autora, “a reprodução de capital necessita sempre repetir-se, assegurar-se e ampliar-se a escalas cada vez maiores, incrementando a massa de material humano explorado sob a premissa da valorização do valor” (2019, p. 2 – tradução nossa). A partir desta síntese, Trujillo formula um conceito ampliado de expropriação, em nossa opinião extremamente fértil para os propósitos dos trabalhos que discutem conflitos envolvendo água e grandes projetos hídricos: *despojo múltiple*. Para caracterizar este processo – expansivo, permanente e único⁵ – ela aponta

que toda separación produce o conlleva a una serie despojos múltiples sobre los ámbitos de vida y medios de existencia. Esto es, en la medida en que el capital produce separaciones, es que cuenta con las condiciones para subsumir el tejido de la vida y por tanto, intervenir y reconfigurar las relaciones entre la vida humana y no humana, transformar la forma y contenido de los metabolismos, despojar medios de vida, pero también capacidades políticas de autodeterminación (TRUJILLO, 2019, p. 10).

É dentro deste contexto que pensamos uma caracterização mais ampla das obras hídricas no semiárido nordestino. Este processo está ligado a, pelo menos, seis elementos na nossa conjuntura: 1) a relação entre a demanda por água e a *produção de commodities* agrícolas; 2) a necessária *concentração e intensificação de capital em infraestruturas* interligadas à construção de qualquer grande projeto de investimento, como barragens, canais, portos, perímetros irrigados, etc; 3) a defesa – expressa ou tácita – da *prevalência do valor de troca em relação ao valor de uso das águas*, ou seja, a tendência de privatização e de mercantilização das águas; 4) a discussão sobre a *gestão dos recursos hídricos* no semiárido reproduzindo uma lógica economicista e gerencialista que, em geral, despreza a capacidade política e organizativa de camponeses e ribeirinhos sobre os seus meios de existência; 5) *os impactos ambientais resultado dessas intervenções sobre os próprios corpos hídricos* – rios, lagos, mananciais, fontes minerais, etc – em nome do “desenvolvimento” ou do “interesse público”; 6) em nível mundial, *o caráter abstrato e financeirizado* com que se tratam as águas nos meios urbanos e meios rurais.

Por outro lado, as entrevistas realizadas com alguns setores governamentais nos levaram a perceber a necessidade de produzir, no caso concreto, uma certa “sociologia das desapropriações”, como resultado da análise sobre as diferentes estratégias “micropolíticas” do ente expropriador – neste caso, o Estado da Paraíba – que acabam por materializar e concretizar o caminho de cercamentos das terras – preparando para o cercamento das águas – necessárias à obra.

⁵A autora afirma a importância de compreender exploração e despojo dentro de um mesmo processo: “El análisis de las variadas formas del despojo es útil para simplificar la complejidad del problema, pensando en los posibles niveles, estrategias y condiciones de la acumulación del capital; sin embargo, no debemos perder de vista que, en los hechos, todas ellas son parte de *un mismo proceso* (2018, p. 2).

Observar este papel do Estado de forma mais detalhada é central para compreender o processo mais amplo de *despojo* a que nos referimos. Resultou útil, portanto, retomar algumas reflexões sobre o que Michael Levien caracteriza como “regimes de desapropriação”, a partir de uma discussão teórica sobre as relações entre capitalismo e as desapropriações⁶. Vejamos o que explica o autor:

O aspecto mais significativo da desapropriação de terra é que ela envolve a intervenção direta e transparente do Estado no processo de acumulação. Do ponto de vista político, essa intervenção direta e extraeconômica na acumulação gera um antagonismo imediato entre o Estado e a população a ser desapropriada. [...] Impedidos de se apoiar na mistificação comum à exploração do trabalho no capitalismo, os Estados são normalmente compelidos a justificar essas expropriações de terra tão evidentes por meio de reivindicações ideológicas: de servirem a "um propósito público" ou ao "interesse nacional"; no século passado, eles costumavam fazê-lo por meio da linguagem do "desenvolvimento". A força de persuasão dessas reivindicações depende consideravelmente da capacidade de alinhar o propósito econômico dessas desapropriações com um conceito amplamente aceito de progresso nacional (LEVIEN, 2014, p. 36).

Aponta o autor, pois, para a importância dos meios políticos e ideológicos pelos quais, atualmente, as desapropriações são desenvolvidas. Por outro lado, sinaliza para a necessidade de compreender esse elemento diferenciador ligado à dependência do poder estatal para fazer valer o processo de acumulação em sentido ampliado (LEVIEN, 2014, p. 35-36). Em certa polêmica com o conceito de “acumulação por despossessão” de Harvey(2004), pois, Levien dá o nome de regimes de desapropriação a esses fatores diversos e específicos que configuram as expropriações no capitalismo contemporâneo:

Na acumulação por desapropriação, então, o Estado, a política e a ideologia são – como Perry [Anderson] argumenta no contexto de modos pré-capitalistas de produção (1974: 403-404) – aspectos internos e constitutivos da própria acumulação. Essa é a implicação de enorme importância do reconhecimento segundo o qual a coerção extraeconômica, concebida como algo que se ameniza com a transição para o capitalismo, é, na verdade, um aspecto intrínseco e contínuo da acumulação no capitalismo avançado. *Isso significa que o caráter e o resultado da desapropriação em momentos e lugares diferentes são formados por fatores políticos, econômicos e ideológicos heterogêneos e nacionalmente específicos que não podem ser deduzidos de circuitos globais do capital.* Sua configuração específica em determinado lugar e momento pode ser compreendida como um regime de desapropriação (LEVIEN, 2014, p. 36).

Assim, ensina o autor que os contextos e formações sociais específicas acabam por apresentar também configurações específicas – muito menos idílicas ou “objetivas” num sentido jurídico-legal, como veremos no próximo tópico – para compreender a complexidade

⁶A tradução do termo desapropriação nos parece que corresponde mais ao termo *despojo* ou *expropriação*. No entanto, manteremos a tradução do texto em português, ainda que consideremos que a reflexão trazida pelo autor indica exatamente uma dimensão extraeconômica ao processo de acumulação que, no caso brasileiro, estaria mais ligado ao termo expropriação do que ao termo desapropriação (que se revestiria de uma “abordagem legalista” em virtude da ação “legitimada” do poder estatal).

O “NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS” NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

de fenômeno desapropriatório. Tais apontamentos são importantes para a caracterização do saber-poder colonial que vem sendo realizado pelo ente expropriador estatal. No estudo de caso que apresentamos a seguir, essa dimensão diferenciada do regime de desapropriação nos parece bastante relevante, pois apresenta configurações muito específicas e “flexíveis”, conforme os objetivos e andamento da obra e os sujeitos expropriados.

A partir das reflexões teóricas acima e suas possíveis consequências, iremos introduzir mais detalhadamente alguns aspectos do planejamento metodológico da pesquisa de campo ocorrida na Paraíba, localizando os leitores e leitoras na empiria e nos novos caminhos que estamos estudando.

Apontamentos metodológicos sobre a pesquisa de campo: o novo caminho das águas na Paraíba

Importante localizar o leitor ou leitora no que estamos chamando de “novo caminho das águas”. Primeiramente trata-se da *estratégia de integração hídrico-territorial* de grandes obras para o aproveitamento das águas do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, que sai da região do Cariri, passa pelo Agreste e chega ao Litoral Norte do Estado, conforme o mapa 1 a seguir.



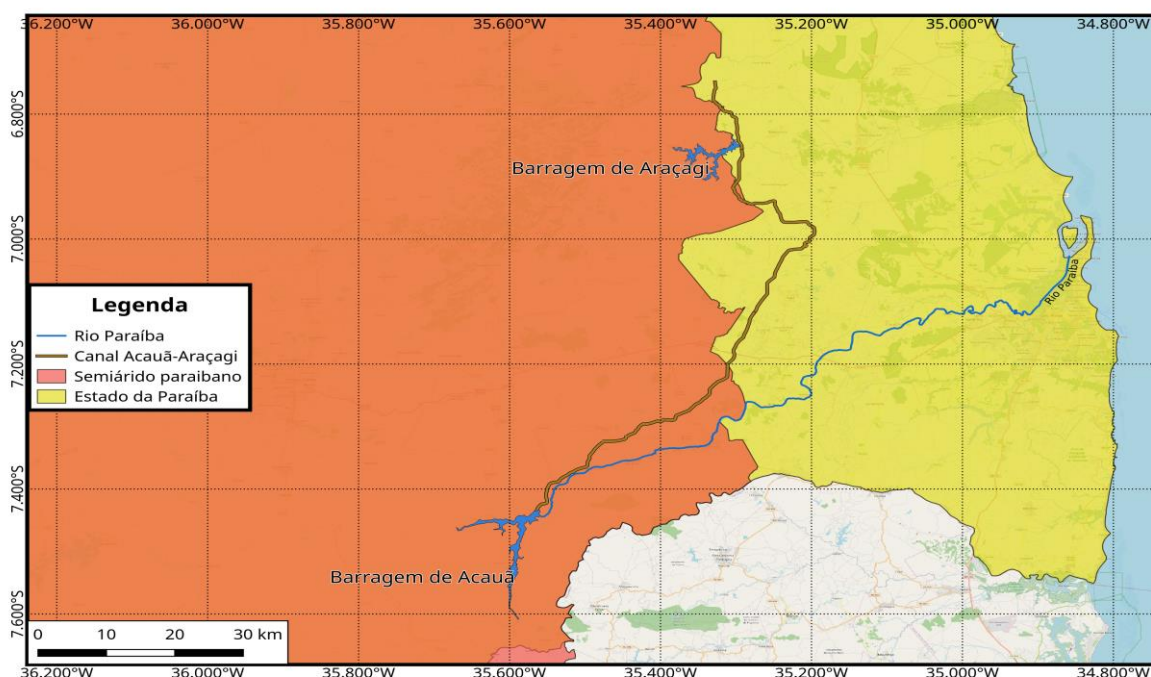
Fonte: Aesa, 2018.

O Mapa 1 indica a localização geográfica dos pontos de interesse. No caso do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, as águas entram na Paraíba a partir da cidade de Monteiro-PB (número 1 – seta de cor roxa) e seguem o curso pelo Rio Paraíba até o Açude Epitácio Pessoa (conhecido como Açude Boqueirão, número 2 – seta vermelha), que abastece Campina Grande-PB e toda a sua microrregião⁷. Após esta fase, o planejamento hídrico realizado pelo Estado é de que as águas entrem novamente na calha do Rio Paraíba até chegar à Barragem de Acauã (número 3 – seta preta) e, mais especificamente nas proximidades da comunidade de Melancia – uma das comunidades atingidas pela construção da Barragem de Acauã – está situada a tomada d’água do Canal Acauã-Araçagi. Este canal, chamado pelo Governo de a “Transposição da Paraíba” está situado no mapa dentro do traçado pontilhado de cor vermelha e pretende percorrer cerca de 130 quilômetros em direção ao Litoral Norte.

Chamamos esse trajeto de “novo caminho das águas” pois o território analisado está em processo de transformação decorrente da expectativa (e parcial concretização) da utilização dessas *novas águas* tanto para abastecimento humano quanto para atividades econômicas, vinculando-se, segundo o discurso oficial, a uma “*nova fase de desenvolvimento*” na Paraíba. Esta singularidade é tratada aqui como uma novidade empírica com repercussões sociológicas, econômicas, geográficas e jurídicas, sobretudo em virtude do direcionamento das “futuras águas” do Eixo Leste da Transposição para o litoral norte do Estado. No mapa a seguir apontamos mais detalhadamente o traçado do Canal em paralelo ao Rio Paraíba, bem como a delimitação da região semiárida no Estado da Paraíba:

⁷Antes de chegarem ao Açude Boqueirão, as águas da Transposição passam por dois outros açudes menores: os açudes Poções e Camalaú. Mas como ressalta o trabalho de Franklyn Brito (2013), a principal justificativa para o Eixo Leste da Transposição é o abastecimento da cidade de Campina Grande-PB, segunda maior cidade do Estado, ainda que este artigo aponte exatamente para o conflito entre a justificativa governamental e as determinações mais essenciais, não-aparentes, da obra.

Mapa 2 - O novo caminho das águas na Paraíba



Fonte: Elaboração própria(2019).

Desta forma, a intenção desta etapa da pesquisa foi percorrer, de carro, o caminho artificial das obras, realizando entrevistas e georreferenciando os pontos de interesse no mapa, obtendo também fotografias que revelassem os aspectos centrais tanto da própria obra como da situação das populações locais. Esse processo se deu após ter sido realizada uma rodada de entrevistas com órgãos públicos na capital do Estado, João Pessoa.

Assim, a pesquisa exigiu da equipe de campo a construção de estratégias diferenciadas que se impunham em cada passo do caminhar a fim de compreender melhor o que estava se passando. Primeiramente deve ser apontado o planejamento como resultado da parceria entre o pesquisador e sua orientadora de doutorado, seguindo o saber-fazer das experiências já consolidadas no âmbito do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) desde sua fundação no início dos anos 2000.

Neste saber-fazer, orientandos e orientadora partem juntos para a pesquisa de campo ao menos uma vez na condução da pesquisa empírica. Este fato pressupõe disponibilidade e compromisso fora do comum dentro da Academia. Tal experiência demanda uma organização e planejamento ainda mais refinados, haja vista a diversidade e intensidade das visões compartilhadas tanto na construção e coleta de dados quanto na sua sistematização. O *trabalho coletivo*, neste caso, não é somente um artifício retórico do exercício sociológico desenvolvido, mas o resultado vivo de uma experiência acumulada de pesquisa e extensão envolvendo a realidade rural e camponesa.

Por outro lado, tratando-se de uma pesquisa que se insere na perspectiva da pesquisa militante ⁸ (BRINGEL; VARELLA, 2016) decidiu-se coletivamente que era imprescindível a presença do movimento social organizado – no caso, do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) – durante todos os dias de percurso no campo. Desta forma dois militantes do movimento – um companheiro e uma companheira - participaram e co-produziram as informações e análises de campo.

Também decidiu-se que o percurso planejado levaria em consideração a existência (e o contato prévio realizado através de telefone) de áreas de assentamentos rurais ligadas aos dois principais movimentos do campo na Paraíba – a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – que se disponibilizaram a fornecer informações e contactar as lideranças e comunidades por onde passam as obras do Canal supracitado. A própria informação sobre a passagem do Canal por áreas da reforma agrária foi um dado relevante obtido no campo que demandava maior detalhamento, pois descobriu-se que tal percurso tornava a obra “mais barata” em termos de indenizações em comparação com as grandes propriedades.

Estes apontamentos metodológicos são importantes para reforçar que nossas opções permitiram o entrecruzamento de olhares e percepções, já que o objetivo não era somente cartografar a situação. A realização das entrevistas e documentação das atividades visava contar com o olhar militante e a *experiência social* dos próprios movimentos na leitura desta realidade, numa espécie de *método especular* no qual a realidade dos atingidos pela Barragem de Acauã que viveram impactos e violações poderia também ser transmitida para outros sujeitos em luta. Ressalte-se que também os atingidos de Acauã não conheciam uma grande parte deste “novo caminho” do Canal.

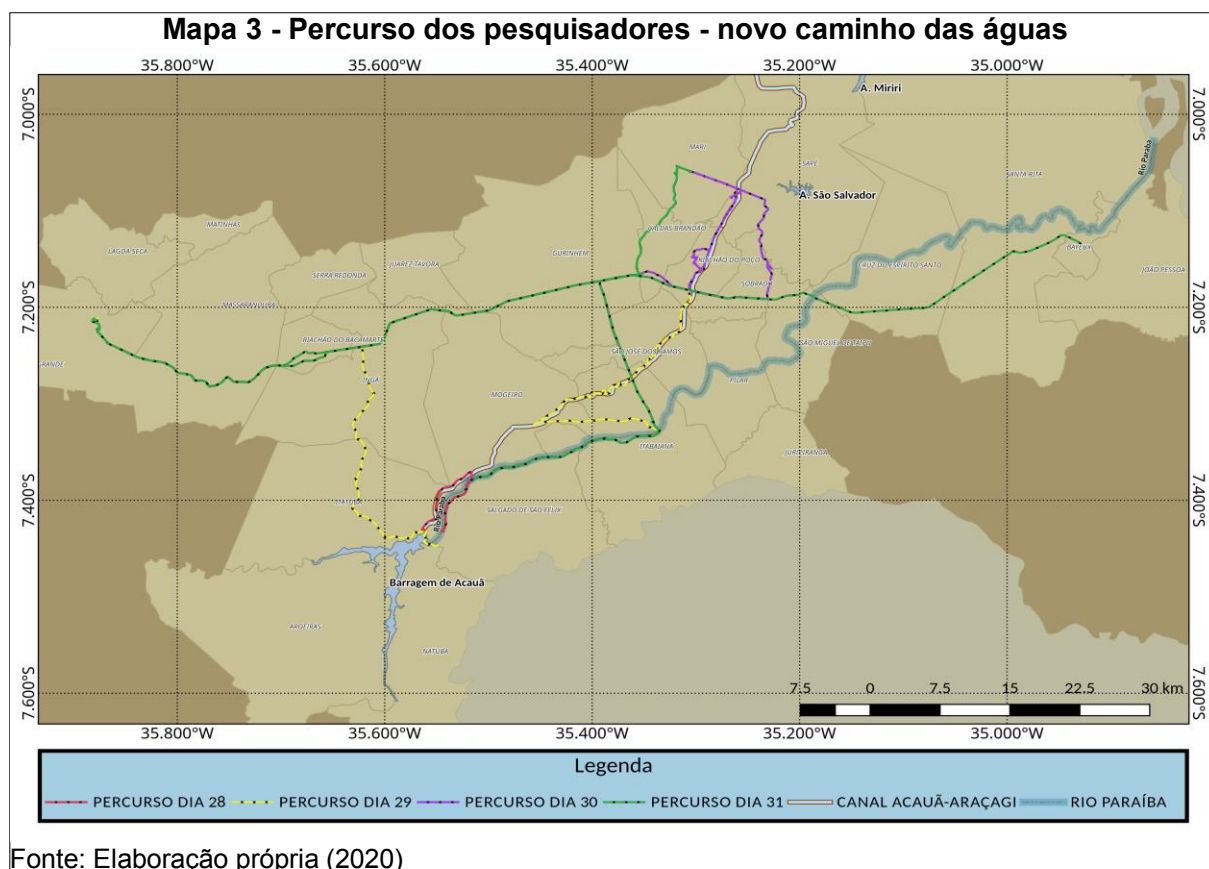
Reconhecere valorizar que o processo de pesquisa se dá no encontro de saberes e de experiências compartilhadas, portanto, foi uma das apostas desta estratégia metodológica para a etapa da pesquisa de campo.

Ademais, realizou-se um planejamento para percorrer sempre que possível as margens do Canal até onde as construções estavam prontas, com inspiração nas experiências de cartografia social(ACSELRAD, 2008). O objetivo foi documentar e obter o máximo de informações sobre as situações vivenciadas por aqueles e aquelas que estavam

⁸Conforme a proposta de conceituação de Bringel e Varella, o termo pesquisa militante “é utilizado aqui para contemplar as linhas de pesquisas associadas a diversas formas de ação coletiva, que são orientadas em função de objetivos de transformação social. Nesse sentido, militância seria o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, implica posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, considerando a impossibilidade de dissociação entre o científico e o político, a pesquisa militante recoloca, em um patamar digno e legítimo, as investigações que envolvam a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la, vinculando-se com a ideia de práxis, tal como explicitado acima” (2016, p. 482).

O “NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS” NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

“às margens” da obra, com a feitura de uma espécie de “diário de campo fotográfico”, tarefa que foi assumida pelo próprio militante do movimento, que se tornou o fotógrafo oficial da viagem.



Consideramos importante também realizar entrevistas e compreender como estavam sendo planejadas as obras por parte dos órgãos do Estado, a fim de identificar discursos que permitissem compreender as problemáticas apontadas pelos “de cima”. Assim, além do percurso de quatro dias pelas obras (de 28 a 31 de julho de 2018), foram realizadas diversas entrevistas um dia antes da viagem a campo na cidade de João Pessoa, em especial com servidores de Secretarias de Governo responsáveis pela obra, representantes de setores do agronegócio canavieiro (da Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba – ASPLAN) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Como outro recurso metodológico utilizamos o aplicativo *LocusMap* para o georreferenciamento dos pontos visitados, conforme se pode observar no mapa abaixo com as cores representando cada dia de percurso:

Estas opções se revelaram decisivas no processo da pesquisa empírica, pois todas as discussões e reflexões foram devidamente gravadas, inclusive as conversas realizadas no decorrer do percurso, transformando-se o carro numa espécie de fórum de debate permanente (com o auxílio do gravador, foi possível recuperar esses debates para a

sistematização da pesquisa). E geraram um acervo importante de materiais que estão em fase de sistematização – degravação, seleção e análise – e que, neste artigo, serão apresentadas somente em linhas bastante gerais, a partir de alguns achados da pesquisa de campo.

Alguns achados da pesquisa de campo: impactos recorrentes das obras e o regime de desapropriação do Canal Acauã-Araçagi

Segundo as informações oficiais, o Canal é a maior obra de construção civil do Estado. Reconhecida como a “transposição da Paraíba” dada a sua magnitude em termos de investimento – é a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento – 2 (PAC-2) e a segunda maior obra hídrica do Nordeste⁹. Está sendo executada por um Consórcio de empresas intitulado Consórcio Acauã-Araçagi, a partir de um projeto da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia (SEMARHCT), que realiza a sua supervisão técnica.

Como já apresentamos, o Canal Acauã-Araçagi promete “beneficiar 600 mil habitantes e garantir irrigação em 16 mil hectares de terras”. Recentemente o Canal foi “batizado” com o nome do economista paraibano Celso Furtado e suas obras estão em estágio avançado, percorrendo cerca de 130 quilômetros em direção ao litoral norte da Paraíba. Em geral, o Canal foi construído a partir da desapropriação por interesse social em todo o seu traçado, tendo as desapropriações a função não só de garantir a obra mas também cercar as suas margens – com recuos de tamanhos variáveis, mas que em geral tem entre 60 a 80 metros de cada lado:

⁹Esta segunda informação não foi confirmada em nenhum documento oficial, constando somente nos materiais informativos do próprio Governo estadual.

Imagem 1 - Foto das obras de construção do Canal Acauã-Araçagi



Fonte: Imagens feitas pela equipe de pesquisa (2018)

Dentre várias entrevistas, é possível identificar um padrão importante: os impactos da construção do Canal foram acompanhados em geral por um processo de desinformação sobre quaisquer direitos que as populações teriam. Desde o início das obras, em meados de 2013, relatos dos impactos são recorrentes.

Um caso emblemático é da Comunidade de Melancia, que fica localizada exatamente em frente a Barragem de Acauã e é uma das “agrovilas” – na verdade, uma comunidade rural com graves restrições de políticas públicas e sem acesso à terra e nem à água – dos atingidos por aquela Barragem e que tiveram como “indenização” pela construção da Barragem a oferta de uma casa “de placa”. Na casa de um dos atingidos ele e sua mãe fazem um relato da situação desde a Barragem e após a construção do Canal, apontando como a utilização de mão-de-obra da própria comunidade foi um dos artifícios da empreiteira para evitar questionamentos.

Entrevistado: A situação nossa não é fácil não. Você não vê perspectiva de nada. Tem quatro, cinco, seis famílias morando dentro de uma casa de placa.

Entrevistador: Como é que pode isso né? Não tem pra onde crescer. Mas piorou muito depois do Canal?

Entrevistado: Por causa do Canal piorou... aumentou né. [...]

Entrevistada: Eles pensavam que ia dar muito trabalho para as famílias, mas, assim, deu... passou um ano e depois demitiu essas pessoas.

Entrevistador: Quem que demitiu, não entendi.

Entrevistada: O Canal, pegaram muita gente aqui.

Entrevistador: Para trabalhar, pra fazer o Canal?

Entrevistado: Mas a conversa na verdade...

Entrevistadora: O canal ficou pronto todo mundo foi embora...

Mãe do Entrevistado: E num ficou pronto não.

Entrevistado: Não. Foi depois que esfriou... Depois que esfria aquela pressão do povo, depois daquela audiência... contrataram muita gente daqui, contrataram daqui para justificar que era bom, depois, pé na tábua pra todo mundo.

Entrevistadora: Mandaram embora? E contrataram da onde?

Entrevistado: De outro lugar mais pra frente.

Entrevistador: Do caminho?

Entrevistado: Do caminho... que é pra justificar o canal pro povo se acalmar aí você contrata quem tá às margens.

Entrevistadora: Dizendo que o canal também ia dar emprego a muita gente?

Entrevistador: Vai dando emprego no caminho?

Entrevistado: Emprego de quinta categoria né, porque os empregos bom são do pessoal de fora... nunca tem daqui em emprego bom.

(“ENTREVISTA. Atingido e Atingida pela Barragem de Acauã - Comunidade de Melancia”, 2018)

Por um lado, observa-se o impacto dos “tiros”, como são chamadas as várias detonações ocorridas no momento da tomada d’água e que eram imprescindíveis para fazer a obra. Por outro, observa-se a compreensão do entrevistado e sua mãe entrevistada sobre as dificuldades para conseguir qualquer reparação satisfatória (justa e prévia). Nas suas palavras, é “Decreto federal de novo, é o 433”, que trata em geral de compra e venda em imóveis rurais para reforma agrária mas que tem sido utilizado em casos de interesse público ou social.

Entrevistada: É porque num tem comunidade perto como aqui...

Entrevistado: Aqui o povo já caiu dentro da comunidade, o tiro, homi... a grande m... foi essa, que foi dentro da comunidade... você num foi lá com ela lá não, né? É dentro da comunidade, foi encostado à Igreja, o tiro.

Entrevistador: Entendi, ele me mostrou onde era a Igreja, mostrou a calha que foi feita a obra... mas assim, no caminho, todas as comunidades por onde o canal passa teve tiro?

Entrevistado: Teve, mas não pegou comunidade cheia, pegou áreas rurais.[...] No canal num faz sem tiro não. Até mesmo onde é tubulação tem tiro... [...] E eu disse a eles que num é uma coisa fácil, porque é decreto federal de novo, é o 433...

(“ENTREVISTA. Atingido e Atingida pela Barragem de Acauã - Comunidade de Melancia”, 2018)

As detonações, portanto, representaram um conjunto de novas violações, uma espécie de retorno à situação dos atingidos pela barragem após tantos anos. Como se pode observar na imagem a seguir tirada exatamente em cima do Canal, a quantidade de rochas detonadas foi realmente muito grande. A Comunidade de Melancia fica exatamente em frente a tomada d’água da obra, de forma que para este procedimento muitas casas tiveram sua estrutura comprometida.

Imagem



Fonte: Imagens feitas pela equipe de pesquisa (2018)

Foi constatado um outro padrão importante: a passagem do Canal por áreas de assentamentos rurais. Nossa hipótese, que depois foi confirmada em entrevista com órgão do Estado, era que essa estratégia configurava uma forma de baratear os custos da obra, já que não é possível realizar uma “desapropriação de uma desapropriação”. Nesses casos tão somente ocorre a cessão da área de um ente federativo a outro (no caso, cessão do INCRA para o Governo do Estado). Um assentado da Comissão Pastoral da Terra aponta em entrevista os impactos da obra em sua área rural e como foi a discussão com os órgãos sobre a indenização:

Assentado: E aí em 2012 é que, chegou [o Canal]. Em 2008 passou um cara medindo aí, dizendo que ia passar um Canal aqui, a gente nem botou nem isso na cabeça, né, "isso é conversa", e quando foi em 2012 chegou o cara aí já pedindo autorização... Uma coisa bem...

Entrevistador: Mas entrou lá para conversar com vocês?

Assentado: Primeiro chegou um cara aqui fazendo a topografia, né. Já marcando o local... Aí quando foi depois, isso foi no final de 2011, aí 2012 eles convidaram a gente pra uma reunião.[...] Aí convidaram a gente pra uma reunião, que ia passar o Canal aqui e tal. E que ia precisar de uma faixa de terra com 120 metros de largura.

Entrevistador: E essa terra já era do INCRA?

Assentado: Já era do INCRA. [...] Já tinha feito projetos, né...PRONAF, já.[...] Então, aí nós tinha feito investimento, né, tinha feito cerca, plantado capim, palma, barreiros, e aí esse *Canal ele pegou justamente os barreiros, foram doze. Doze barreiros.* E, que ainda tinha mesmo esse aqui na frente de casa... O canal passou mesmo em cima [...].

Entrevistador: Nós tamo aqui sentado na tua casa no Assentamento, e vendo o Canal ali.

Assentado: É, o Canal é dentro do Assentamento.[...]Então, aí nós sentamos com eles para ver, né, como ia ficar, né. Aí eles disseram logo [...] de que a terra a gente num ia receber... a terra num tinha indenização, indenizar só as benfeitorias.

Entrevistador: E qual era o argumento pra não indenizar a terra?

Assentado: É que tinha sido desapropriada e já era uma terra do governo federal, né.

(“ENTREVISTA. Assentado da Reforma Agrária - Assentamento João Pedro Teixeira - Mogeiro”, 2018)

Ao refletirmos anteriormente sobre a questão dos regimes de desapropriação e sua relação com o papel do Estado enquanto “ente expropriador” percebemos a importância da ação deliberada do Estado nas desapropriações, aliadas às atividades do Consórcio da Obra. No caso acima é possível tanto perceber o grau de impacto para uma área de assentamento rural, que num pequeno espaço teve doze barreiros destruídos para que o Canal pudesse passar, e que, neste caso, em se tratando de uma área já desapropriada não haveria discussão sobre a indenização da terra, mas tão somente das benfeitorias.

A referência dada pelo assentado de que as medições ocorreram em meados de 2008 pode fornecer uma pista sobre o planejamento específico para que a obra passasse pela maior quantidade de assentamentos possíveis ou foi “obra do acaso”: desde o projeto básico inicial, em 2008, o Canal já era planejado para percorrer um caminho com grande quantidade de assentamentos rurais, barateando os custos e garantindo um “regime de desapropriação” com maior grau de impacto junto a agricultores familiares e/ou camponeses, que não podem receber pela terra nua por produzirem suas condições de existência em uma área desapropriada para fins de reforma agrária. Com a obra, o que se desenha é que esta região terá outros usos, distintos do uso para função social da terra.

Outro dado importante mapeado na pesquisa de campo se relaciona com a projeção de quem poderá se beneficiar com as águas do Canal. É que, conjunta e paralelamente às obras, está sendo feito um grande levantamento de aptidão agrícola com base nos elementos solo e clima – o Zoneamento Pedoclimático da área do Canal das Vertentes Litorâneas da Paraíba (ZON-PB). Realizado pela Embrapa Solos em cooperação técnica com o Governo do Estado da Paraíba, este zoneamento se caracteriza por uma ampla pesquisa de campo a fim de levantar, na chamada “área de influência” do canal, cenários de produção agrícola. Perguntado sobre o motivo deste zoneamento específico, o entrevistado respondeu:

Entrevistado: Então, a gente espera desse trabalho [...] além dos mapas de solos que está sendo feito, os mapas de aptidão climática, né, para cenários de anos secos, anos regulares, anos chuvosos, né. Bem como manejo de média e alta tecnologia, certo? Para um leque de culturas, nós adotamos *neste trabalho um leque de culturas que são as principais da região já, então nós temos o abacaxi que é forte na região, a cana-de-açúcar que é forte nessa região, o milho, o sorgo...* Então, no caso, visando o desenvolvimento da produção de grãos também nessa região que tem um potencial fantástico, então com esse leque de culturas.

Entrevistador: E a agricultura familiar, tá prevista?

Entrevistado: **Assim, não tem um foco, o foco é agropecuária como um todo, o desenvolvimento das cadeias produtivas das culturas, e aí, no contexto, tá, independente do tamanho do produtor, se ele é mini, médio, grande, então...**

Entrevistador: Eu perguntei e eu vou te dizer porque... porque a agricultura familiar ela produz no varejo, é no varejo e na oportunidade de mercado, mas no varejo ela é biodiversificada então ela tem mandioca, milho, feijão... ela dá um sustento, ela tem uma dimensão que não é só do desenvolvimento regional mas também da reprodução da própria unidade familiar camponesa e é difícil você ver isso numa carta dessa, não é verdade?

Entrevistado: Sim, sim. [...] Mas assim a gente tem uma visão o seguinte: que a agricultura familiar ela tem esse contexto, essa característica, de diversificação de culturas, né, o que é natural e o que é bom. *Mas a gente tem o conceito seguinte, de que é preciso melhorar a sua forma de trabalho em termos de tecnologia, até para que ele tenha melhores resultados econômicos... possa evoluir também, não ficar estagnado no tempo...* Então ao mesmo tempo, por exemplo, nós temos uma empresa que se instalou aqui, vou citar um exemplo, aqui em Mulungu, em que ele fez um plantio de uma área de milho em sequeiro, né, não irrigado, em que utilizando tecnologia ele chegou a obter 7 toneladas de grãos por hectare, e agricultores bem próximos da propriedade dele não estava chegando a 1000 quilos por hectare, então o que é que tá faltando aí? *Não é solo, não é clima, é tecnologia, para melhorar a sua capacidade de produção dentro daquela mesma área, sem precisar a área de produção...*

(ENTREVISTA. Servidor da Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado da Paraíba, 2018).

Estes dados apontam, pois, que tanto as obras do Canal quanto o planejamento de médio prazo buscarão privilegiar e incentivar algumas culturas agrícolas ligadas ao agronegócio do agreste e litoral norte da Paraíba, como o caso do abacaxi, cana-de-açúcar, o milho e o sorgo (este último sem muita tradição na Paraíba, mas que tem sido muito utilizado para produção de ração animal).

Assim, um cenário de ampliação os atingidos poderá ocorrer, agora não só pela construção da Barragem de Acauã e da construção do Canal, mas caso este novo planejamento hídrico-territorial ligado ao Zoneamento Pedoclimático¹⁰. Se nossa hipótese estiver correta, pode-se repetir na Paraíba, portanto, o modelo que foi desenvolvido na região da Chapada do Apodi nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte que produziu e produz diversas violações às populações camponesas e tradicionais (BRITO, 2016). A pesquisa até

¹⁰Os primeiros mapas de aptidão de solos, de aptidão climática para culturas agrícolas e de uso e cobertura das terras para irrigação foram divulgados no final do ano de 2019 e estão em fase de validação pela Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado da Paraíba, com previsão para finalização até o fim do ano de 2020.

agora sistematizou somente uma parte dos dados de campo, cabendo agora uma ampla revisão dos dados para apresentação posterior, mas os relatos colhidos em campo já nos permitem afirmar que um novo cenário de cercamentos – das terras e das águas – se apresenta no futuro próximo no Estado da Paraíba, com potenciais novos atingidos e atingidas.

Considerações finais

O cenário acima descrito aponta para uma pesquisa ainda em curso e que está buscando comportar-se em termos teóricos e metodológicos com a dinâmica que a água exige: examinar a complexidade do tema e apontar as contradições muito mais do que “resolvê-las” em termos teóricos ou “fossilizá-las” em termos empíricos. Para estudos que envolvem a temática em termos jurídicos, sociológicos e geográficos, o desafio ainda é muito grande.

Por outro lado, os relatos obtidos durante as entrevistas praticamente impõem uma abordagem multi ou interdisciplinar para sua análise. Ressaltamos este aspecto metodológico no nosso trabalho, que antes de tudo busca compreender as novas fases de acumulação capitalista e sua conflitualidade no tema das águas, tarefa que não é possível de realizar sem um profundo reconhecimento das limitações das áreas do conhecimento compartimentalizadas, o que aponta para uma contribuição metodológica que gostaríamos de ressaltar: todo conflito socioambiental ou territorial exige, por excelência, a interdisciplinaridade.

No caso do Nordeste e do semiárido, considerada região-problema seja por abordagens (neo)desenvolvimentistas ou por leituras baseadas num certo determinismo geográfico ou climático, o desafio para pensar em alternativas é ainda maior. Isto porque lidamos não somente com as dificuldades inerentes aos conflitos socioambientais no Brasil em virtude da concentração de terras e do racismo ambiental. Mas também porque dentro da própria esquerda se produziu um discurso que reproduz as narrativas do capital que acaba por ampliar as situações de despojo múltiplo através de diversos e complexos *regimes de desapropriação*, que nos cabe compreender de forma mais complexa com o auxílio de pesquisas empíricas baseadas na teoria crítica. Exatamente por isso encaramos que o caminho da pesquisa necessita fazer-se no caminho, assim como o caminho das águas que realizamos e que ainda irão, por certo, nos trazer diversos outros dados importantes para entender essa complexa e dialética teia de realidade, que não se quer somente compreender, mas transformá-la.

Referências

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ, 2008.

ANGELIS, M. D. Marx y la acumulación primitiva - El carácter contínuo de los “cercamientos” capitalistas. **Theomai**, p. 20, 2012.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 474–489, 18 ago. 2016.

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ENTREVISTA. Assentado da Reforma Agrária - Assentamento João Pedro Teixeira – Mogeiro. 29 jul. 2018.

ENTREVISTA. Atingido e Atingida pela Barragem de Acauã - Comunidade de Melancia. 28 jul. 2018.

ENTREVISTA. Servidor da Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado da Paraíba. 27 jul. 2018.

HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEVIEN, M. DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA AOS REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, p. 21–53, 1 jun. 2014.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1984. v. I e II

MARX, K. **O Capital [Livro I]. crítica da economia política. O processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. v. I

Revista Theomai. **Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?**, v. 26, 2012.

RIBEIRO, A. M. M. et al. SOCIOLOGIA VIVA: Uma Proposta de construção de uma Rede Latino-americana de Observatórios Fundiários e Núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflito agroambientais rurais e nas lutas por terra. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 1, p. 71–96, 27 set. 2018.

RIBEIRO, A. M. M. Prefácio Brasil: O Trabalho Coletivo do OBFF: Por uma sociologia “desde abajo”. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Dossiê “Por uma sociologia desde abajo”. v. 21, n. 2, p. 9–31, 2019.

SHANIN, T. (ed.). **Marx Tardio e a Via Russa: Marx e as Periferias do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRUJILLO, M. L. N. **Luchas por lo común: antagonismo social contra el despojo capitalista de los bienes naturales en México**. 1. ed. Puebla: México, D.F: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vález Pliego”; Bajo Tierra Ediciones, 2015.

TRUJILLO, M. L. N. **Claves para pensar el despojo y lo comun desde el marxismo crítico**. 2018.

TRUJILLO, M. L. N. Despojo múltiple sobre el tejido de la vida: impactos y resistencias socioambientales. **Revista Textual - Extractivismo y despojo en el campo latinoamericano: impactos socioterritoriales y respuestas campesinas e indígenas**, v. 73, 2019. Disponível em: <http://chapingo.mx/revistas/textual/contenido.php?id_articulo=2496&id_revistas=2&id_revista_numero=259>. Acesso em: 1 jun. 2019.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

Sobre os autores

Hugo Belarmino de Moraes – Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES (PDSE/CAPES). Associado do Instituto de Pesquisa em direitos e movimentos sociais (IPDMS). Advogado e assessor jurídico popular. **OrCID** - <http://orcid.org/0000-0002-2733-5412>.

Ana Maria Motta Ribeiro – Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF). Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF-UFF). **OrCID** - <http://orcid.org/0000-0003-2761-3539>.

Oswaldo Bernardo da Silva – Especialista em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Graduação em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú - Ceará. Coordenador Estadual do Movimento de Atingidos por Barragens no Estado da Paraíba (MAB-PB). **OrCID** - <https://orcid.org/0000-0002-8989-4682>

Como citar este artigo

MORAIS, Hugo Belarmino; RIBEIRO, Ana Maria Motta; SILVA, Oswaldo Bernardo. O “novo caminho das águas” na Paraíba: despojo múltiplo e regimes de desapropriação em obras hídricas no semiárido nordestino. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 109-132, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

Ambos os autores ofereceram contribuições científicas substanciais e intelectuais ao texto. A preparação, redação e revisão crítica do manuscrito foram realizadas em conjunto. O autor **Hugo Belarmino de Moraes** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e redação; a segunda autora **Ana Maria Motta Ribeiro**, pela discussão de dados, análise e tradução do artigo. O terceiro autor

O “NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS” NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Oswaldo Bernardo Silva, foi responsável pelo levantamento de dados e construção das sínteses.

Recebido para publicação em 20/09/20

Devolvido para a revisão em 08/06/21

Aceito para a publicação em 12/06/21